

APRESENTAÇÃO

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (Econorte) referentes ao exercício de 2006 foram elaborados de acordo com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2006 foi um ano em que o compromisso com a qualidade, o foco no usuário e a administração orientada para resultados dos recursos e ativos da companhia – três importantes pilares da Declaração de Valores da empresa – permearam iniciativas de aprimoramento operacional e de maior atuação junto às comunidades de entorno das rodovias concessionadas.

Com uma receita bruta de R\$ 73,65 milhões, predominantemente originados da arrecadação de pedágios, a companhia registrou um crescimento de 11,75% no ano. Embora o índice previsto inicialmente fosse de 16%, a readequação da aplicação dos recursos permitiu um resultado contábil de R\$ 4,26 milhões, com um lucro no final do exercício de R\$ 9,43 milhões. Esse desempenho viabilizou a distribuição de R\$ 1,85 milhão de juros sobre capital próprio e a proposição para a distribuição de R\$ 0,51 milhão de dividendos.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida/Ebitda) foi de R\$ 30,19 milhões, 3,32% superior ao registrado em 2005. Apesar desse crescimento nominal, a margem Ebitda teve uma queda de 3,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Já as despesas operacionais líquidas, divididas pelas receitas operacionais líquidas, ficaram em 55,4%, contra 51,8% em 2005.

Embora pelo segundo ano consecutivo a Econorte tenha conseguido a aplicação do reajuste tarifário contratual, o crescimento de receita projetado não se concretizou em função da diminuição no tráfego de veículos pesados, com consequente queda na quantidade de eixos circulantes – que constitui a base de cálculo para o valor arrecadado. Em números totais, as rodovias que compõem a concessão receberam 5,93 milhões de veículos – 3,11% mais do que em 2005 –, superando o crescimento de 1,5% esperado para o ano. Quando se analisa a composição do tráfego, porém, nota-se que o fluxo de veículos leves aumentou 6,75%, enquanto o de veículos pesados caiu 3,15%. Na quantidade de eixos, isso significou uma redução de 0,2% em comparação ao ano anterior.

A mesma composição é observada em estudo contratado e apresentado pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, que mostra tanto o desempenho nacional como regional do setor. De acordo com a pesquisa, o tráfego de veículos reflete o desempenho geral da economia, sendo que a circulação de veículos leves se liga ao fator renda da população, e o fluxo de pesados tem alta correlação com a produção industrial e agrícola. Especificamente no Paraná, o baixo desempenho da agroindústria alimentícia é apontado como possível causa do achatamento registrado.

Outro fator que pode implicar redução no fluxo de veículos pesados é a concorrência do modal ferroviário, explorado sob regime de concessão. As malhas ferroviárias têm apresentado crescimento no volume transportado ano a ano e representam uma alternativa adequada ao transporte de commodities, que se caracteriza pelo deslocamento de grandes volumes por longas distâncias.

Apesar do crescimento de receita inferior ao esperado e da persistência da necessidade de buscar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato – prejudicado por iniciativas do governo estadual no passado –, a Econorte não apenas cumpriu o cronograma de obras previsto para o ano, como realizou investimentos adicionais, visando proporcionar maior conforto e segurança aos usuários.

Essa diretriz contribuiu para neutralizar as constantes investidas do governo paranaense, evitando o apontamento de irregularidades e riscos de não-atendimento às cláusulas contratuais. Trouxe ainda outros benefícios diretos, como a redução no número de acidentes – de 963 em 2005 para 804 neste exercício – e a melhoria nos índices de satisfação dos usuários. Uma pesquisa de opinião realizada pelo Inbrap/CP Pesquisa junto aos usuários das rodovias apontou índices de satisfação de 85,7% e de 94,5%, respectivamente em relação à conservação geral das rodovias e aos aspectos gerais do atendimento.

Entre as melhorias implementadas, a empresa executou a restauração completa de pavimento em segmentos das rodovias BR 369 (kms 159,6 a 164, lado direito, e kms 158 a 160, lado esquerdo) e BR 153 (kms 3 a 9,4 e 17,8 a 19); deu continuidade à duplicação de segmento da BR 369 (os kms 128 a 129 – estacas 197 a 213 – foram concluídos e teve início o trabalho nos kms 125 a 126 – estacas 0 a 72); realizou obras no km 133 da BR 369, criando, a pedido do Poder Concedente, um trevo de acesso a Ibiaporã.

Para melhorar a segurança e o atendimento, foram adquiridas quatro novas viaturas, duas para resgate e guinchamento, uma para atendimento pré-hospitalar em acidentes e uma, customizada, para a inspeção de tráfego, sendo que todos os veículos de inspeção receberam rastreadores via satélite, que agilizam a comunicação com o Centro de Controle Operacional. A partir de 2007, eles serão integrados ao sistema de gerenciamento das rodovias, a fim de permitir a automatização do envio de viaturas, com base na localização da ocorrência e do veículo de socorro mais próximo.

Paralelamente, a empresa implantou uma nova e moderna rede de comunicação de dados e vídeo em tempo real – o que permitirá o monitoramento de pontos estratégicos das rodovias e a centralização de toda a operação na própria sede da empresa, em Londrina. A implantação do pagamento eletrônico de tarifas – por meio do lançamento do cartão EcoPass – foi outra medida visando proporcionar comodidade ao usuário.

Outra importante meta cumprida no ano foi a obtenção da Certificação do Sistema de Qualidade NBR ISO 9001:2000, que gerou duas auditorias internas e uma auditoria de certificação, comprovando a eficiência dos sistemas de gestão interna.

Para 2007, a tendência de baixa da taxa de juros, a expectativa do bom desempenho da safra e os investimentos previstos no Pacote de Aceleração do Crescimento, do governo federal, permitem projetar um aumento de tráfego da ordem de 1,5%, com incremento na receita bruta, e um lucro de R\$ 11 milhões para o exercício.

A cadeia de valores gerada pela empresa, porém, transcende esse universo imediato, beneficiando também as comunidades do entorno das rodovias concessionadas. Nesse sentido, uma série de ações sociais foi implementada ao longo de 2006 e novas iniciativas terão lugar no próximo ano, consolidando o relacionamento da Econorte com a população vizinha à concessão.

PERFIL DA EMPRESA

HISTÓRICO

A Econorte tem sua origem no consórcio formado pelas empresas Ivai Engenharia de Obras S.A. e Construtora Triunfo Ltda., vencedor da concorrência instituída pelo Governo do Estado do Paraná para exploração do Lote 1 de rodovias paranaenses, em 1997. Esse é um dos seis lotes em que se subdividiram os 2.035 quilômetros de rodovias federais e estaduais do Anel de Integração do Paraná, concedidos à iniciativa privada por meio do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Ao ser constituída em outubro daquele ano, a companhia assumiu a operação, manutenção, a conservação e a melhoria de 275 quilômetros de estradas ao norte do estado. Em 2002, dois novos trechos foram incorporados à malha rodoviária sob sua responsabilidade, que atualmente abrange 341 quilômetros de estradas, as quais interligam 15 municípios e se distribuem por um perímetro aproximado de 7,7 mil quilômetros, equivalente a 4% do território paranaense.



Em 2005, a Econorte passou a contar com nova composição societária, com a saída da Ivai Engenharia de Obras, que transferiu suas ações e poder de controle para as empresas Triunfo Participações e Investimentos S.A. e Acciona do Brasil Ltda. Em 2006, o capital social suscrito e integralizado da Econorte era de R\$ 16,4 milhões, representados por 13,6 milhões de ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas:

Triunfo Participações e Investimentos S.A.	6.798.998	49,99%
Acciona do Brasil Ltda.	3.400.996	25,01%
Polledo do Brasil Concessões e Serviços Ltda.	1.958.396	14,40%
Construtora Sanches Tripoloni Ltda.	1.196.807	8,80%
Engepasa Infraestrutura Ltda.	244.791	1,80%
Outros	12	--

ÁREA DE ATUAÇÃO

A infra-estrutura operacional da Econorte inclui as rodovias transferidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER-PR), com suas respectivas faixas de domínio e benfeitorias como pontes, acessos e sinalizações.

Fazem parte das suas responsabilidades a administração, a conservação e a restauração desses bens públicos, assim como a construção de passarelas, edificações de apoio, praças de pedágio, contorno, duplicação e outras obras de melhorias previstas contratualmente.

O complexo rodoviário sob os cuidados da companhia conta com nove bases operacionais e três praças de pedágio:

- Praça P1 – Jacarezinho (BR 369 - km 0 + 300 e km 1,5),
- Praça P2 – Jataizinho (BR 369 - km 126 + 700),
- Praça P3 – Sertaneja (PR 323 - km 3,5).

ESTRUTURA OPERACIONAL

Os usuários das rodovias sob concessão da Econorte contam com serviços de atendimento ininterrupto nas rodovias principais. Todos os procedimentos são coordenados por um Centro de Controle Operacional (CCO), e as unidades operacionais ocupam posições estratégicas na garantia de apoio às equipes.

Centro de Controle Operacional – Localizado na sede da companhia, em Londrina, administra as solicitações e ocorrências ao longo das rodovias, além de gerenciar remotamente a atuação das equipes de atendimento. É também uma central de comunicações, para onde convergem em tempo real todo o tráfego de voz, dados e imagens do sistema de comunicação utilizado em campo.



Bases operacionais – Abrigam as viaturas e equipes responsáveis pelos diversos tipos de atendimento prestado aos usuários. Estão distribuídas por pontos estratégicos das rodovias – duas na PR 323, duas na BR 153 e cinco na BR 369 –, reduzindo significativamente o tempo de chegada ao local da ocorrência.

Atendimento pré-hospitalar – É realizado por ambulâncias mistas de resgate e UTI, equipadas para a prestação de primeiros socorros e a remoção de usuários vítimas de acidentes. Em 2006, o serviço ganhou o reforço de uma nova viatura especialmente equipada e dotada de resgatista e médico plantonista permanente. Seu objetivo é antecipar os trabalhos de primeiros socorros e de imobilização até a chegada das ambulâncias.

Inspeção de tráfego – Consiste de ronda rotineira nos trechos das rodovias principais, a fim de detectar problemas ou situações de emergência e acionar os recursos necessários. O serviço conta com duas classes de viaturas, Inspeção Express e Inspeção Express II – a última especialmente customizada para reboque e com capacidade de transportar até cinco pessoas.

Atendimento de incidentes – Uma equipe em regime de prontidão permanente atua em ocorrências que envolvam cargas perigosas e tragam riscos de prejuízos aos mananciais e reservas florestais do entorno das rodovias. Atende também casos de incêndios na vegetação da faixa de domínio, tombamentos de carga nas pistas ou acostamentos, remoção de animais etc.

Resgate e guinchamento – Atende em regime de 24 horas e conta com guinchos e pessoal treinado para realizar a remoção de veículos acidentados ou avariados que estejam obstruindo as pistas.

Casa do Motorista – Anteriormente denominada Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), é uma das iniciativas mais valorizadas pelos usuários em pesquisas de satisfação. Funciona como posto de descanso e informações para os usuários, além de promover e apoiar campanhas educativas e preventivas em saúde e educação no trânsito. Conta com duas unidades, localizadas no km 126 da rodovia BR 369 e no km 28 da rodovia PR 323.

Call center – Funciona 24 horas e conta com atendentes capacitados para esclarecer dúvidas, receber e encaminhar críticas e sugestões e providenciar o atendimento imediato aos pedidos de socorro e comunicados de emergência por parte de usuários. Mantém linha direta com a Polícia Rodoviária Estadual, que pode ser prontamente acionada.

Pós-atendimento – Todos os usuários atendidos nas estradas recebem uma carta-resposta para avaliação espontânea dos serviços recebidos.

Balanças de pesagem – Há dois postos fixos de pesagem para caminhões, localizados na BR 369 (em Cambará) e na BR 153 (em Jacarezinho), com sistema de pesagem dinâmica por eixo.

Ecopass – Sistema de pagamento por cartão magnético do tipo smart card, que possibilita a passagem rápida de veículos, agilizando a operação do pedágio. A tarifa é debitada automaticamente de um saldo pré-pago, que pode ser recarregado nas próprias praças de pedágio. O sistema está programado para interoperar com as demais concessionárias do Paraná e inclui o acesso a extratos de utilização no site da Econorte.

CONTEXTO SETORIAL

O Brasil possui, em 2006, 36 empresas concessionárias atuando em 6 rodovias federais, 29 estaduais e 1 municipal. Cabem a essas empresas a administração, a conservação e a melhoria de 6% da malha rodoviária pavimentada do país. Os trechos concedidos somam quase 10 mil quilômetros e concentram-se em sete estados – Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. É por eles que trafega a maior parte dos veículos das grandes regiões produtoras.

Além da geração de empregos diretos e indiretos, as empresas do setor contribuem com o pagamento de tributos federais e municipais, sendo que os últimos beneficiam diretamente cerca de 250 municípios. A existência de uma malha rodoviária de qualidade é requisito para o desenvolvimento sustentável, proporcionando conforto, segurança e economia, com impacto direto no chamado custo Brasil.

Dois estudos recentes ilustram essa contribuição do setor para a economia. Uma pesquisa de 2005 da Fundação Instituto de Administração da USP (FIA) mostra que, a cada R\$ 1,00 de pedágio arrecadado nas rodovias paulistas, a sociedade recebe de volta R\$ 1,85, em benefícios como menor gasto de combustível, barateamento dos custos de transporte, redução da emissão de carbono, socorros médico e mecânico e diminuição do número de acidentes. Em outro estudo, o Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, da UFRJ, constatou que uma carreta de 25 toneladas gasta R\$ 2,24 por quilômetro, ao circular por uma estrada sem manutenção, contra R\$ 1,60, quando a trafegabilidade é boa.

A contribuição do setor transparece ainda na Pesquisa Rodoviária, realizada anualmente pela Confederação Nacional do Transporte. Em 2006, a rodovia BR 369, administrada pela Econorte, foi considerada o melhor trecho rodoviário do Paraná. Outro fato relevante é que 20 das 23 rodovias apontadas no levantamento como as melhores do país são administradas pela iniciativa privada, com níveis de satisfação do usuário da ordem de 79,8%. Vale registrar que, em sua Pesquisa de Satisfação do Usuário de 2006, a Econorte obteve 85,7% de satisfação quanto à conservação geral das rodovias que administra.

DESEMPENHO

Os resultados econômicos do setor são diretamente influenciados pelo desempenho geral da economia. O nível de renda da população impacta o tráfego de veículos leves, enquanto o desempenho agroindustrial e as exportações mantêm relação direta com a circulação de veículos pesados. Em 2006, nacionalmente, o índice ABCR de Atividade mostrou um aumento total no tráfego de 1,3%, sendo 1,8% na circulação de veículos leves e 0,3% no fluxo de veículos pesados.

Apurado desde 2002 pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, o índice ABCR conta ainda com indicadores específicos do Paraná. No estado, o tráfego total teve desempenho negativo no exercício – diminuindo 1,3% em relação a 2005. O tráfego de veículos leves aumentou apenas 0,6% nas estradas paranaenses, enquanto a circulação de pesados caiu 4,6%. Nessa análise, a queda é atribuída ao fraco desempenho da agroindústria alimentícia, tanto em manufaturados como em commodities. Aqui cabe observar que a Econorte registrou resultado levemente superior ao do restante do estado, com 6,75% de aumento no fluxo de veículos leves e queda de 3,15% na circulação de pesados.

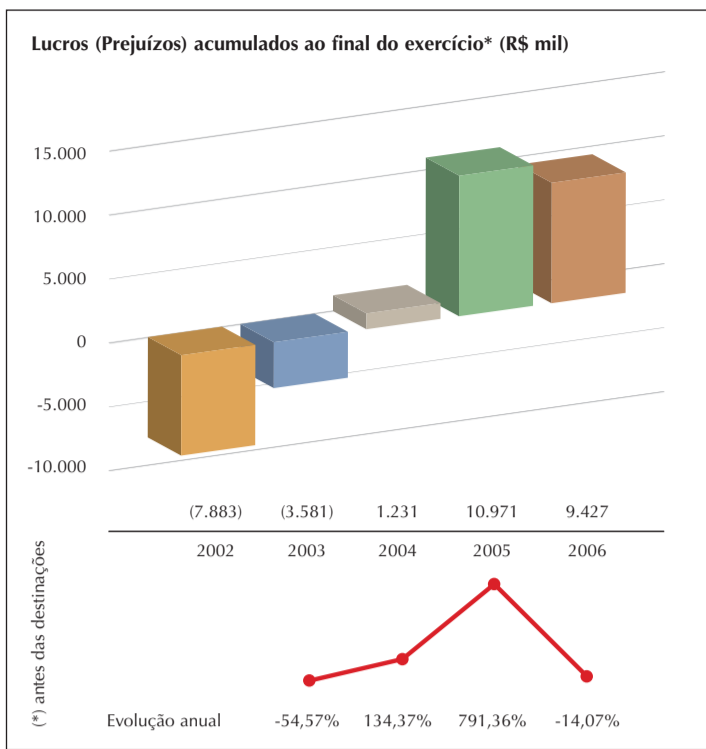
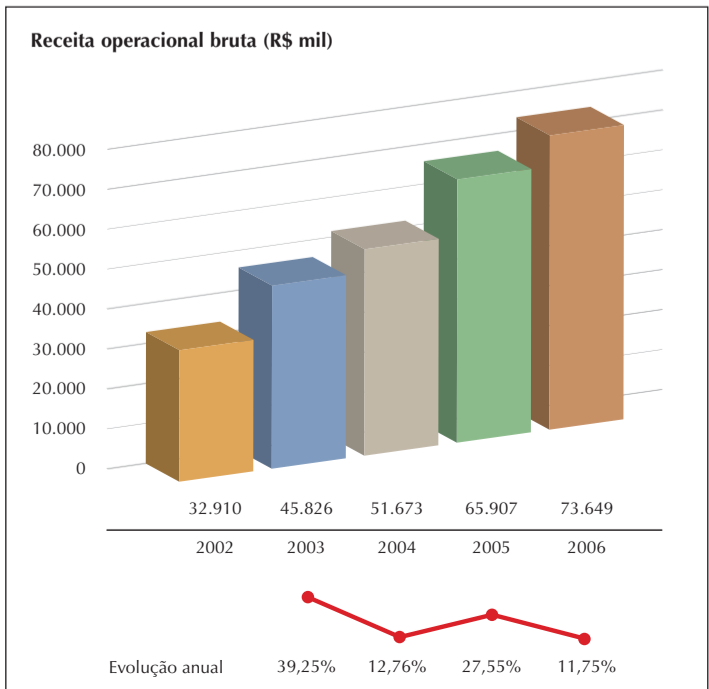
PERSPECTIVAS

Embora não existam projeções oficiais do setor para 2007, é esperado que o tráfego de veículos seja impulsionado pelo bom desempenho da safra, pela tendência à queda nos juros e pelo Pacote de Aceleração do Crescimento do governo federal. Permanece ainda sem conclusão uma das iniciativas mais promissoras para o setor: o Processo de Concessão de Rodovias Federais. A iniciativa prevê a concessão de 2,6 mil quilômetros de rodovias federais, as quais incluem importantes vias, como as rodovias Régis Bittencourt, entre Curitiba e São Paulo, e Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

NEGÓCIOS

A Econorte alcançou, em 2006, um lucro líquido de R\$ 4,26 milhões, que, adicionados à realização da reserva de reavaliação nas contas do Patrimônio Líquido, resultam em um lucro de R\$ 9,43 milhões. Esta é quarta vez consecutiva, nos nove anos de contrato, que a empresa registra resultado positivo e a terceira vez que apresenta lucro acumulado.

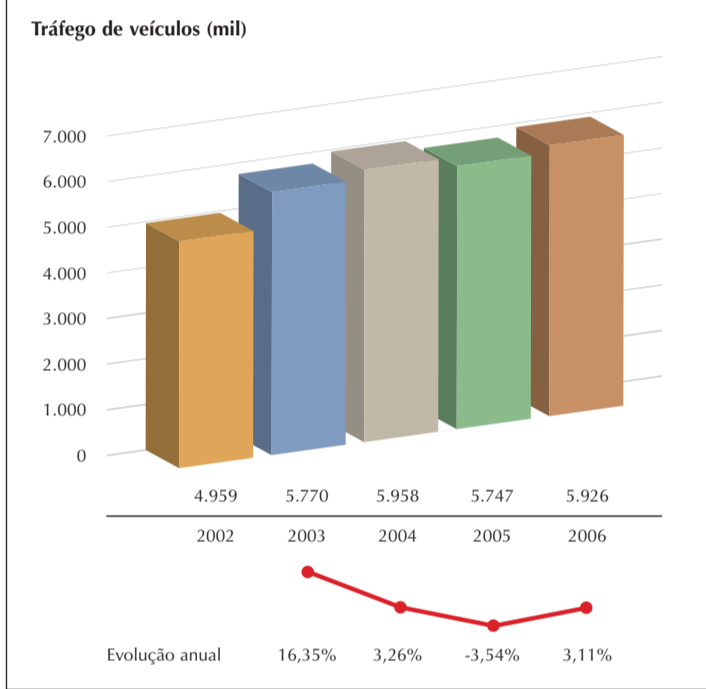


ORIGEM E COMPORTAMENTO DAS RECEITAS

A arrecadação de pedágios foi de R\$ 73,65 milhões em 2006, proporcionando uma receita operacional 11,75% maior do que os R\$ 65,91 milhões obtidos no exercício anterior. O crescimento deveu-se principalmente à aplicação de reajuste tarifário.

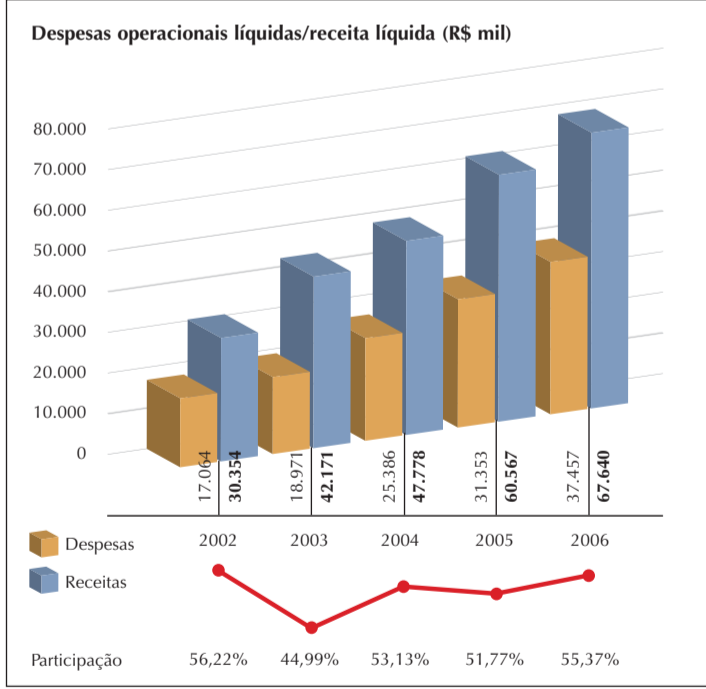
A correlação entre veículos leves e pesados é o que explica as diferenças de contribuição para o faturamento e para o tráfego de cada uma das três praças de pedágio da Econorte. A praça que mais contribuiu economicamente para o resultado, Jacarezinho, respondeu por 38,48% da arrecadação e por 38,12% do volume de tráfego, o que sugere equilíbrio entre veículos leves e pesados. Já na segunda praça em importância de contribuição, Jataizinho, o predomínio de veículos leves é visível – 32,92% de participação na arrecadação contra 39,24% do tráfego. Inversamente, na praça de Sertaneja, lideram os veículos pesados – 28,60% de participação na receita contra 22,64% do tráfego.

Finalmente, R\$ 973 mil de receita alternativa contribuíram para o resultado operacional da concessionária. Sua principal origem advém da exploração da faixa de domínio.



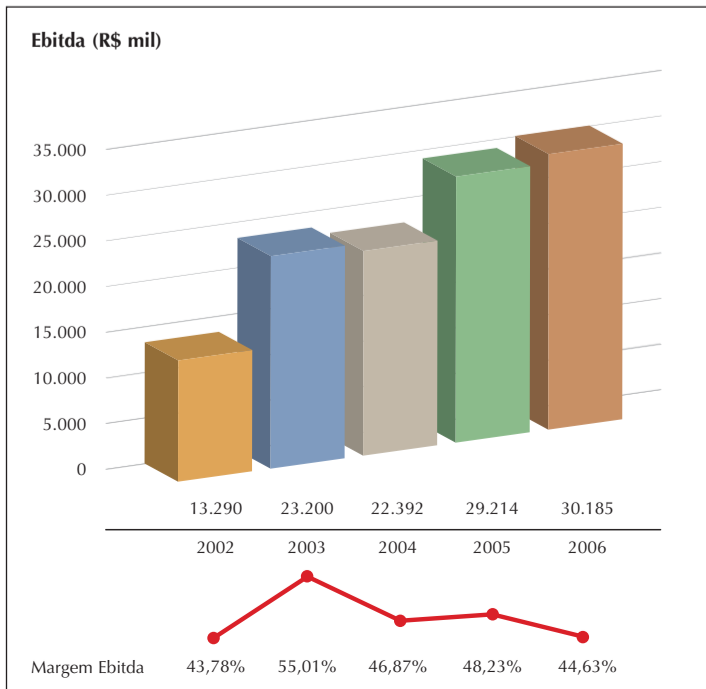
DESPESAS OPERACIONAIS

Totalizando R\$ 37,46 milhões, as despesas operacionais líquidas da Econorte, contabilizadas antes do pagamento de juros, depreciações e impostos, corresponderam a 55,37% da receita líquida de R\$ 67,64 milhões, em 2006. Comparado a 2005, esse desempenho representa um aumento nominal de R\$ 6,10 milhões nas despesas operacionais e indica uma elevação de 3,6 pontos percentuais na sua relação com a receita líquida. O aumento explica-se pela variação nos preços dos insumos e pelo incremento na qualidade e na quantidade dos serviços prestados ao usuário final, o que vem garantindo à empresa tanto a diminuição sistemática na ocorrência de acidentes nas rodovias que administra como a obtenção de altos índices de aprovação junto ao consumidor.



RESULTADO OPERACIONAL

A alteração na composição do tráfego, com diminuição no fluxo de veículos pesados, afetou a projeção da receita para o exercício. O Ebitda da empresa, que corresponde ao lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, fechou o ano com uma margem de 44,63% – 3,6% menor do que os 48,23% alcançados em 2005, totalizando um acumulado, no final do exercício, de R\$ 30,19 milhões, o maior valor absoluto dos últimos cinco anos.



EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE • COMPANHIA ABERTA • CNPJ Nº 02.222.736/0001-30 • NIRE 41300015813 • FILIADA À ABRASCA
ENDIVIDAMENTO E DESPESAS FINANCEIRAS

A dívida líquida da empresa teve uma redução de 6,86% em 2006, passando de R\$ 59,10 milhões em 2005 para R\$ 55,05 milhões no final do exercício. A exigibilidade de seu passivo oneroso compõe-se de 45,47% de obrigações de curto prazo e de 54,53% de obrigações de longo prazo, representadas sobretudo por debêntures emitidas em 2001 e atualizadas monetariamente pelo IGP-M.

As despesas financeiras líquidas no período alcançaram R\$ 8,95 milhões, contra R\$ 7,88 milhões em 2005. Contribuíram para esse aumento os encargos incidentes sobre empréstimo e a atualização das parcelas das debêntures, uma vez que, embora seja o segundo menor dos últimos cinco anos, o IGP-M do período teve uma variação de 3,85%, contra apenas 1,2%, no ano anterior.

Ao final do exercício, o endividamento bruto totalizou R\$ 63,97 milhões, enquanto em 2005 atingiu R\$ 64,05 milhões. Essa diminuição de 0,13% reforça a tendência de queda registrada nos últimos anos, refletida também na relação entre o endividamento e o ativo total da empresa, que passou de 56,3% em 2005 para 55,4% no último período.

Perfil do endividamento	2002	2003	2004	2005	2006
Passivo circulante	12.690	16.407	12.506	18.560	29.089
Passivo exigível em longo prazo	35.797	55.701	53.521	45.494	34.881
Dívida bruta	48.487	72.108	66.027	64.054	63.970
Despesas financeiras líquidas	11.032	9.997	10.807	7.877	8.947

RESULTADO LÍQUIDO

O lucro antes dos juros e impostos (Ebit) foi de R\$ 12,89 milhões. Comparado ao obtido no exercício anterior – de R\$ 14,26 milhões –, está 9,6% menor. Essa performance gerou um resultado líquido de R\$ 4,26 milhões.

INVESTIMENTOS

Em 2006, a Econorte investiu R\$ 14,27 milhões na restauração, ampliação e melhoria das rodovias sob sua concessão, aprimorando o serviço prestado ao usuário final e cumprindo integralmente as metas contratuais do exercício.

- Conclusão da duplicação do trecho entre o km 128 e o km 129 (estacas 197 a 213) e início da duplicação do trecho entre o km 125 e o km 126 da BR 369, no município de Jataizinho.
- Restauração completa dos trechos do km 158 ao km 160,2 (lado esquerdo) e do km 159,6 ao km 164 (lado direito) da BR 369, no município de Cambé.
- Restauração dos trechos do km 3 ao km 9,4 e do km 17,8 ao km 19 da BR 153, no município de Jacarezinho.
- Implantação de um trevo de acesso ao município de Ibiaporá, no km 133 da BR 369, atendendo a uma solicitação extraordinária do Poder Concedente.

PROCESSOS E GESTÃO

A busca constante pela otimização dos seus processos e a sinergia entre as suas diversas áreas operacionais são parte da estratégia de atuação da Econorte. Esses são pontos centrais do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), desenvolvido pela própria companhia, e que, como forma de garantir a qualidade e a efetividade dos processos internos, prevê o comprometimento de todas as áreas e níveis hierárquicos da empresa com os seus critérios e métodos. Em 2006, o SGQ passou por uma auditoria de recertificação que validou por mais três anos sua conformidade com a norma NBR ISO 9001:2000.

TECNOLOGIA

As ações de pesquisa e desenvolvimento efetuadas pela Econorte são preferencialmente voltadas ao aperfeiçoamento de capacidade tecnológica própria, assim como a participação de consultores especializados tem sempre em vista a transferência de conhecimento para o quadro de funcionários da empresa. Essas iniciativas são promovidas de forma contínua, de modo a garantir a ampliação e a renovação constante de seu patrimônio tecnológico.

Em 2006, a Econorte desenvolveu, por meio de uma parceria externa, um sistema de transmissão de dados sem fio, de longo alcance e com altas taxas de capacidade e disponibilidade. Sua entrada em operação permite ao Centro de Controle Operacional (CCO) acompanhar e coordenar em tempo real todas as transmissões de dados, voz e imagem ao longo da rodovia. A nova rede também viabiliza a implantação de sistemas modernos de controle de tráfego e monitoramento das condições das estradas.

SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

A Econorte mantém para seus usuários vários canais de comunicação a fim de coletar sugestões e críticas que permitam a identificação de falhas e oportunidades de aperfeiçoamento. Além disso, promove periodicamente uma Pesquisa de Satisfação, junto aos motoristas das estradas, para subsidiar a orientação das suas políticas de atendimento e melhorias. Em 2006,

essa pesquisa registrou a contribuição de 1.527 entrevistados e apurou um índice de satisfação de 85,7%, em relação ao estado de conservação geral das rodovias, e de 94,5%, quanto aos aspectos gerais do atendimento recebido.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Adepta das melhores práticas de governança corporativa, a Econorte conta com gestão profissionalizada e auditoria independente. Seus auditores não fornecem à companhia nenhum outro serviço que não esteja estritamente relacionado à sua atividade, em conformidade com os termos da Instrução CVM 381/03. As ações da companhia são todas ordinárias de classe única e sem valor nominal, o que possibilita um tratamento igualitário aos acionistas, mesmo não havendo previsão de aplicação do mecanismo tag along.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A transparência na relação com os investidores é outro aspecto que tem merecido atenção especial por parte da empresa. Desde 2003, a Econorte dispõe de uma área administrativa dedicada integralmente à Relação com Investidores (RI). Um dos seus principais canais de comunicação é uma seção exclusiva no site da empresa (www.econorte.com.br), na qual investidores e acionistas têm acesso a balanços, relatórios de risco, relatórios do agente fiduciário e outras informações pertinentes à prática de uma administração transparente.

RATING

Em março de 2005, o Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating optou por manutenção da classificação A- para a companhia. Baseada na análise de sensibilidade do fluxo de caixa da Econorte, essa classificação indica baixo risco, com obrigações protegidas por elevadas margens de cobertura para o pagamento de juros e principal aos debenturistas.

RECURSOS HUMANOS

Um dos efeitos sociais mais destacados dos regimes de concessão é a elevada geração de empregos que proporciona, contribuindo para dinamizar a economia local*, já que há descentralização na contratação de mão-de-obra e serviços de apoio.

Quadro de empregos gerados direta e indiretamente pela Econorte			
Categoria	Colaboradores	Multiplicador*	Empregos indiretos gerados
Gerencial	4	5	20
Liderança	21	4	84
Operacional (diretos)	18	3	54
Operacional (terceirizados)	463	3	1.389
	506		1.547

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em suas ações, a companhia busca contemplar as necessidades particulares e as peculiaridades de cada um dos 15 municípios que atende, apoiando e implantando projetos sociais e educativos que, em vez de oferecer caminhos únicos, investem no fortalecimento de noções de cidadania e responsabilidade social, para que cada comunidade possa buscar, com consciência e autonomia, as soluções mais adequadas às suas necessidades.

A contribuição social faz parte da própria natureza da atividade da companhia. A Econorte tem consciência dessa importância e busca potencializar sua contribuição nas mais diferentes áreas.

SEGURANÇA
Prevenção de acidentes

Pontos críticos e fatores de risco para acidentes são monitorados constantemente, com reforços na sinalização dos locais avaliados como de alto risco, em especial nos trevos de acesso. Outras ações denotam a preocupação da companhia com a segurança nas estradas, como a implantação de acessos em desnível ou a readequação de trevos existentes, a instalação de semáforos em parceria com as prefeituras municipais e a retirada de placas, outdoors e barracas irregulares nas faixas de domínio.

Uma Lição na Passarela

É uma ação permanente de prevenção de acidentes junto aos usuários das passarelas

sobre as rodovias administradas pela Econorte. Consiste na distribuição de um gibi educativo, especialmente preparado pela companhia, em linguagem acessível a crianças e adultos, com orientações de segurança e da correta utilização das passarelas.

Semana Nacional do Trânsito

Tendo por tema a moto no trânsito, a Econorte promoveu a distribuição de folhetos educativos com orientações de segurança específicas para motociclistas. Em parceria com a Polícia Rodoviária, foram realizadas abordagens aos condutores objetivando a conscientização da necessidade do bom relacionamento no trânsito, urbano ou rodoviário, entre motoristas, passageiros, pedestres e motociclistas.

Projeto Feriado Prolongado

Nos feriados prolongados, a empresa intensifica sua vocação educativa por meio de campanhas focadas no comportamento seguro ao volante e no respeito à vida. Fazem parte dessas ações: a abordagem dos motoristas, com distribuição de materiais educativos e orientações de segurança; a realização gratuita de exames diagnósticos de doenças ligadas ao estresse; e a conscientização da importância de observar intervalos de descanso periódicos em viagens prolongadas, como forma de prevenção de acidentes.

CIDADANIA
Educar para Transformar

Inspirada pela grande receptividade aos seus projetos de caráter preventivo, educativo e de conscientização voltados para o público infantil, a Econorte investiu na formatação do programa de educação para o trânsito Educar para Transformar, lançado em 2006 e executado ao longo do ano letivo junto às escolas da rede pública dos 15 municípios que integram seu raio de ação.

MEIO AMBIENTE
Programa Pingo d'Água

Desde o segundo semestre de 2005, a Econorte vem patrocinando a integração dos municípios de Assaí, Sertaneja e Ibiaporá ao Programa Pingo d'Água, dentro de sua parceria com o Consórcio do Rio Tibagi (Copati), responsável pelo projeto. Trata-se de um programa educativo na área ambiental, voltado para alunos da 4ª série do Ensino Fundamental da rede pública dos municípios interligados pela bacia hidrográfica do rio Tibagi, uma das mais importantes do estado do Paraná. Sua meta é sensibilizar as novas gerações para a necessidade de proteção e preservação da bacia e, de um modo mais geral, para a consciência ambiental inerente ao exercício da cidadania.

Semana Ecológica

A necessidade de conservar livres de lixo as rodovias e suas faixas de domínio foi o mote adotado para levar aos usuários noções mais abrangentes de segurança e de respeito ao meio ambiente, durante a Semana Nacional do Meio Ambiente – de 5 a 11 de junho. Com esse objetivo, foram realizadas duas abordagens aos motoristas para a distribuição de materiais educativos, assim como a veiculação da campanha Momento Ecológico, com mensagens alusivas ao tema transmitidas no decorrer da programação de cinco emissoras de rádio de alcance local e regional.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS
Empresas acionistas

Triunfo Participações e Investimentos S.A.
Acciona do Brasil Ltda.
Polledo do Brasil Concessões e Serviços Ltda.
Construtora Sanches Tripoloni Ltda.
Engepasa Infraestrutura Ltda.

Conselho de administração

Carlo Alberto Bottarelli Presidente
Luiz Fernando Wolff de Carvalho Conselheiro
Joaquim Eduardo Gómez Díaz Conselheiro
Manuel Hernández Rodríguez Conselheiro
José Fernando Relá Musiani Conselheiro
Manuel Carlos de Lima Rossitto Conselheiro

Diretoria executiva

Gustavo Müsnich Diretor Presidente
Helio Ogama Diretor de Engenharia
Luiz Claudio de Andrade Braga Diretor Administrativo/Financeiro e RI
José Luís Rivet Diretor de Operações

Contabilista

Ismael Rosa, CRC PR-035840/O-9

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – ECONORTE
Londrina – PR

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – ECONORTE levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – ECONORTE em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota 18, em 7 de julho de 2003 foi promulgada a Lei nº 14.061, que autoriza o Poder Executivo a promover a encampação da concessão para exploração do lote número 1 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná. Em 8 de janeiro de 2004, o Governador do Estado do Paraná editou o Decreto nº 2.464, como alternativa para escapar ao regime jurídico próprio da encampação e dos efeitos das decisões judiciais tuteladoras dos interesses das concessionárias, tornando 100% das ações com direito a voto da Companhia de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário da mesma. A Companhia, isoladamente e/ou em conjunto com outras concessionárias, impetrou recursos e moveu ação contra os atos do Governo do Estado do Paraná, cujos processos ainda não foram julgados. A Companhia e seus acionistas controladores obtiveram o deferimento do pedido de antecipação de tutela para suspender os efeitos do decreto expropriatório, com base em diversos fundamentos legais, entre eles a ausência de competência do Governo do Estado do Paraná para praticar atos expropriatórios. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006 e de 2005 foram preparadas considerando a continuidade normal das operações da Companhia, como empresa privada, sem os efeitos que poderiam advir em decorrência do julgamento de mérito dos referidos processos.

Curitiba, 05 de fevereiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU José Écio Pereira da Costa Júnior
Auditores Independentes Sócio
CRC nº 2 SP-011.609/O-8 F-PR CRC SP-101.318/O-2 T-PR

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

Levantados em 31 de dezembro de 2006 / 2005	Nota Explicativa	2006 R\$ mil	2005 R\$ mil
Ativo circulante			
Caixa e bancos		1.623	1.075
Aplicações financeiras	3	7.296	3.874
Receitas a receber		914	604
Despesas antecipadas	4	1.642	1.199
		11.475	6.752
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	10	106	263
Despesas antecipadas	4	235	425
Imobilizado	5	103.393	106.207
		103.734	106.895
Total do ativo		115.209	113.647

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

Levantado em 31 de dezembro de 2006 e de 2005	Nota Explicativa	2006 (R\$ mil)	2005 (R\$ mil)
Passivo circulante			
Fornecedores	6	10.052	6.953
Empréstimos e financiamentos	7	3.333	-
Debêntures	8	9.675	5.073
Obrigações tributárias	9	1.784	2.447
Obrigações sociais		560	597
Dividendos e juros sobre capital próprio		2.080	2.518
Seguros a pagar	14	1.437	854
Outras exigibilidades		168	118
		29.089	18.560
Passivo não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	7	667	-
Debêntures	8	23.686	32.093
Tributos sobre reserva de reavaliação	5	10.216	12.878
Obrigações tributárias	9	-	467
		34.569	45.438
Patrimônio líquido			
Capital social	11	16.400	16.400
Reserva de reavaliação	11	19.830	24.998
Reservas de lucros		15.321	8.251
		51.551	49.649
Total do passivo		115.209	113.647

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005	Nota explicativa	2006 (R\$ mil)	2005 (R\$ mil)
Receita operacional bruta			
Arrecadação de pedágios		72.677	64.949
Outras receitas		972	958
		73.649	65.907
Deduções da receita bruta			
		(6.009)	(5.340)
Receita operacional líquida		67.640	60.567
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(6.723)	(7.695)
Despesas da operação		(13.774)	(6.101)
Despesas de conservação		(13.364)	(14.219)
Despesas financeiras líquidas		(7.096)	(6.377)
Depreciações do ativo imobilizado		(9.467)	(7.125)
Depreciações do ativo imobilizado reavaliado		(7.830)	(7.830)
Seguros, verbas contratuais e outros		(3.596)	(3.338)
		(61.850)	(52.685)
Lucro operacional		5.790	7.882
Resultado não operacional		141	111
Lucro antes dos impostos e contribuições		5.931	7.993
Imposto de renda e contribuição social	13	(1.672)	(2.190)
Lucro líquido do exercício		4.259	5.803
Lucro por ação do capital social		0,31316	0,42667

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005	Capital Social R\$ mil	Reserva de Reavaliação R\$ mil	Reservas de Lucros R\$ mil	Prejuízos Acumulados R\$ mil	Total R\$ mil
Saldos em 01 de janeiro de 2005	15.500	30.166	923	-	46.589
Aumento de capital	900	-	(900)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(5.168)	-	5.168	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.803	5.803
Constituição de reserva legal	-	-	548	(548)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	55	(55)	-
Distribuição do resultado do exercício:					
Juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Dividendos propostos	-	-	-	(1.243)	(1.243)
Parcela destinada à reserva para aumento de capital	-	-	7.600	(7.600)	-
Parcela destinada à reserva para investimentos	-	-	25	(25)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	16.400	24.998	8.251	-	49.649
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(5.168)	-	5.168	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.259	4.259
Constituição de reserva legal	-	-	471	(471)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	47	(47)	-
Destinação do resultado do exercício:					
Juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos	-	-	-	(1.850)	(1.850)
Dividendos propostos	-	-	-	(507)	(507)
Parcela destinada à reserva para aumento de capital	-	-	6.500	(6.500)	-
Parcela destinada à reserva para investimentos	-	-	52	(52)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	16.400	19.830	15.321	-	51.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (Econorte) é uma sociedade anônima constituída em 8 de outubro de 1997, cuja atividade principal é a exploração, sob o regime de concessão, do lote 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 340,77 km. A Companhia obteve a concessão pelo prazo de 24 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão consiste na recuperação, melhoramento, manutenção, operação e exploração das rodovias, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio (reajustáveis anualmente segundo cláusulas específicas) e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), as quais podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares e consoante as práticas contábeis descritas a seguir:

- a) Aplicações financeiras** - São registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- b) Despesas antecipadas** - São registradas ao custo e apresentadas líquidas das apropriações efetuadas até a data do balanço.
- c) Imobilizado** - É registrado ao custo de aquisição ou construção, e os bens relacionados ao objeto da concessão foram ajustados ao valor de mercado por reavaliação realizada na data-base de 31 de dezembro de 2003, suportada por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As depreciações são calculadas e registradas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a estimativa de vida útil dos bens, conforme determinado em laudo de reavaliação.
- d) Provisão de férias e encargos** - É constituída em função dos direitos adquiridos dos funcionários até a data do balanço.
- e) Provisão de imposto de renda e de contribuição social** - É constituída com base nos resultados tributáveis, considerando as alíquotas previstas na legislação em vigor.
- f) Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo** - São registrados por seus valores de realização ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos calculados até a data do balanço.
- g) Reconhecimento das receitas de pedágio** - São reconhecidas de acordo com o regime de competência, incluindo as receitas com os cartões de pedágio, que são registradas conforme a utilização das rodovias pelos proprietários de cartões pré e pós-pagos.
- h) Resultado do exercício** - O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.
- i) Juros sobre capital próprio** - Foram calculados no limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito das demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido e apresentados nas destinações de resultados.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Tipos de aplicação financeira (em R\$ mil)	2006	2005
CDB - 99% do Certificado de depósito interfinanceiro	2.189	1.162
FIF PREMIUM - Certificado de depósito interfinanceiro	2.918	1.550
FIF TARGET 1 - Renda fixa	2.189	1.162
	7.296	3.874

A totalidade do saldo de aplicação financeira em 31 de dezembro refere-se à reserva monetária para amortização da próxima parcela das debêntures, conforme descrito na nota 8.

4. DESPESAS ANTECIPADAS

(em R\$ mil)	2006	2005
Despesa com seguros a apropriar	1.437	885
Gastos com colocação de debêntures	424	611
Outras despesas a apropriar	16	128
	1.877	1.624
Despesas antecipadas no circulante	1.642	1.199
Despesas antecipadas no realizável a longo prazo	235	425

Os gastos com colocação de debêntures são apropriados pelo período de emissão até o vencimento da última parcela das debêntures.

5. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo R\$ mil	Reavaliação R\$ mil	2006 R\$ mil	2005 R\$ mil
Obras de melhoria e ampliação	4,26 a 33,33	39.939	11.685	51.624	50.672
Infra-estrutura e conservação	4,26 a 33,33	26.856	17.040	43.896	39.732
Restauração de rodovias	4,26 a 33,33	44.016	24.812	68.828	60.027
Veículos	20 a 40	1.617	-	1.617	1.782
Equipamentos de informática	20	745	-	745	660
Equipamentos de telecomunicações	20	482	-	482	230
Móveis e utensílios	10	329	-	329	305
Benefeitorias	4,26	214	-	214	211
Máquinas e equipamentos	20	195	-	195	172
Licença de uso de software	20	186	-	186	150
Terrenos	-	98	-	98	-
Servidão de passagem	-	20	-	20	20
Instalações	20	11	-	11	11
Marcas e patentes	-	3	-	3	3
		114.711	53.537	168.248	153.975
Depreciação acumulada		(41.364)	(23.491)	(64.855)	(47.768)
Imobilizado líquido		73.347	30.046	103.393	106.207

Os ativos de obras de melhoria e ampliação, infra-estrutura e restauração de rodovias foram reavaliados, de forma voluntária, com base no método do custo de reposição e/ou construção na data de avaliação, sendo a mais-valia registrada em contas de reavaliação de bens de mesma natureza registradas no ativo permanente, com base em laudo emitido por peritos independentes em dezembro de 2003.

A reavaliação foi realizada pela Empresa Brasileira de Avaliação do Patrimônio e Engenharia Ltda. (Ebrape), nomeada em 27 de dezembro de 2003 através da 16ª Assembléia Geral Extraordinária. O laudo, fundamentado com critérios de avaliação e elementos de comparação adotados, foi aprovado pelos acionistas na 17ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2003 e contabilizada naquela data.

O resultado da reavaliação no valor de R\$ 53.537 mil foi incorporado ao ativo reavaliado correspondente com contrapartida em conta de Reserva de Reavaliação no patrimônio líquido. O reconhecimento dos tributos incidentes foi reconhecido a débito de conta de Reserva de Reavaliação e a crédito na conta de Tributos sobre Reserva de Reavaliação no passivo exigível a longo prazo. A realização da referida reserva e dos tributos incidentes ocorrerá na proporção das baixas por depreciação ou alienação dos bens que a geraram.

6. FORNECEDORES

O saldo desta conta está representado como segue:

(em R\$ mil)	2006	2005
Consórcio de Serviços Rodoviários - CSR	-	1.002
Operações e Serviços Ltda. - OSR	4.960	502
B. Greca e Cia. Ltda.	3.138	3.693
Consórcio Construtor do Norte do Paraná - CCNP	655	-
Outros fornecedores	1.299	1.756
	10.052	6.953

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Espécie	Taxa de juros	2006	
		Curto prazo	Longo prazo
Capital de giro	CDI + 0,45% a.m.	3.333	667

8. DEBÊNTURES

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2001, foi aprovada a abertura de capital da Companhia. O registro foi obtido junto a Comissão de Valores Mobiliários em 24 de julho de 2001 (ofício SEP/RIC/0017/2001). Nessa mesma data foi aprovado pela CVM o registro da emissão pública de 30.000 debêntures nominativas, não conversíveis em ações (ofício SER/DEB/2001/051).

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para execução do programa de investimentos de obras nas rodovias que compõem o lote 1, bem como para liquidação de passivos de fornecedores, mútuos e empréstimos e financiamentos, anteriormente exigidos a curto prazo.

As debêntures são atualizadas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado da FGV (IGPM), remuneradas à taxa de 1% ao mês sobre o saldo nominal unitário das debêntures em circulação e com parcelas de amortização vencíveis no primeiro dia útil do mês de abril de cada ano. Em 31 de dezembro de 2006 vencem como segue:

Ano	% de resgate	Quantidade	Valor
2007	18,33	5.499	9.675
2008	22,50	6.750	11.843
2009	22,50	6.750	11.843
Total		21.999	33.361

A Companhia constitui, mensalmente, reserva monetária equivalente a 40% (quarenta por cento) da receita diária do pedágio, a partir do sexto dia de cada mês até que se atinja a totalidade da remuneração fixa (juros) a ser paga. O mesmo procedimento se aplica a razão de 30% (trinta por cento), para que seja constituída mensalmente reserva equivalente a 1/12 (um doze avos) do valor correspondente à próxima parcela da amortização.

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos registrados:

(em R\$ mil)	2006	2005
Imposto de renda	517	993
Contribuição social	202	265
PIS	93	164
Cofins	489	916
ISS	392	496
Outros tributos	91	80
Total das obrigações tributárias	1.784	2.914
- parcela de longo prazo	-	(467)
Parcela de curto prazo	1.784	2.447

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITO JUDICIAL

A Econorte está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro estavam representados como segue:

(em R\$ mil)	2006	2005
Provisão para contingência trabalhista - Perda Provável	312	56
Depósitos judiciais	(312)	(56)
	0	0
Processos trabalhistas - Perda Possível	167	360

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía o montante de R\$ 106 mil (R\$ 263 mil em 2005) referentes a depósitos judiciais relativos a processos trabalhistas julgados pelos assessores jurídicos como perda possível ou remota.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 16.400 em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 16.400 em 2005) e está representado por um total de 13.600.000 ações ordinárias sem valor nominal, assim dividido entre os acionistas:

	Número de ações	% de participação
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	6.798.998	49,99
Acciona do Brasil Ltda.	3.400.996	25,01
Polledo do Brasil Concessões e Serviços Ltda.	1.958.396	14,40
Contrutora Sanches Tripoloni Ltda.	1.196.807	8,80
Engespa Infraestrutura Ltda.	244.791	1,80
Outros	12	-
	13.600.000	100,00

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme definido em Assembléia Geral de Debenturistas, em 20 de dezembro de 2004, foi inserida cláusula na escritura de emissão que proíbe a distribuição de toda e qualquer remuneração aos acionistas, excetuando-se aquelas obrigatórias pela legislação vigente. No mesmo estatuto, está previsto que da base de cálculo dos dividendos não são deduzidos os valores de constituição da reserva legal e da reserva estatutária.

Em 2006, a Companhia efetuou o reconhecimento contábil de R\$ 1.850 a título de juros sobre o capital próprio. O valor creditado no exercício será imputado ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

No exercício de 2006, em conformidade com as disposições estatutárias, a administração da Companhia propõe a distribuição de dividendos a ser submetida à aprovação da Assembléia Geral, conforme segue:

(em R\$ mil)	2006
Resultado do exercício após imposto de renda	4.259
Realização da reserva de reavaliação	5.168
Base para cálculo de dividendos conforme estatuto	9.427
Alíquota para cálculo de dividendos conforme estatuto	25%
Dividendos a serem propostos conforme estatuto	2.357
Juros sobre capital próprio distribuídos	(1.850)
Dividendos propostos	507

c) Reserva legal

Estabelecida pelo estatuto social da Companhia, é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida das reservas de capital, limitada a 30% do capital social.

d) Reserva estatutária

É estabelecida pelo estatuto social da Companhia para garantir a restituição do capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão. Constitui-se na proporção de 0,5% do lucro do exercício e limita-se a 10% do capital social.

e) Reservas de retenção de lucros

São constituídas de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. Os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados, em cumprimento às deliberações da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2004 e ao disposto nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas em 20 de dezembro de 2004.

f) Reserva de reavaliação

Constituída e realizada anualmente com base em laudo emitido por peritos independentes, conforme descrito na nota 5.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31/12/2006		31/12/2005	
	Mercado R\$ mil	Contábil R\$ mil	Mercado R\$ mil	Contábil R\$ mil
Disponibilidades	8.919	8.919	4.949	4.949
Fornecedores	10.052	10.052	6.953	6.953
Debêntures	33.361	33.361	37.166	37.166

Conforme as condições estabelecidas na Instrução CVM 235/95, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para operações de prazos e riscos similares.

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de tráfego a ser pedagiado, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. Também conforme cláusulas de contrato, os reajustes tarifários, quando concedidos parcialmente ou com atrasos, bem como eventuais alterações na legislação tributária, deverão ser objeto de reconhecimento pelo Poder Concedente e obrigatoriamente levados a cálculo de reequilíbrio econômico e financeiro contratual, modificando o valor das tarifas de pedágio ou o cronograma de investimentos.

13. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

(em R\$ mil)	2006	2005
Lucro antes dos impostos e contribuições	5.931	7.993
Adições e exclusões ao lucro real		
Depreciação sobre a parcela dos bens reavaliados	7.830	7.830
Juros sobre capital próprio	(1.850)	(1.500)
Gratificações	879	324
Outras adições líquidas	331	(60)
Lucro tributável	13.121	14.587
Aproveitamento do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	(3.362)
Base para a apuração do imposto de renda e contribuição social	13.121	11.225
Imposto de renda e contribuição social - alíquota teórica de 34%	(4.461)	(3.721)
Os efeitos fiscais que afetaram o resultado refletem o seguinte:		
Realização do passivo de IR e CS sobre reavaliação	2.662	2.662
Outros relativos a incentivos fiscais PAT e Proctórcio 8313/91	127	12
	(1.672)	(1.047)
Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais	-	(1.143)
Imposto de renda e contribuição social	(1.672)	(2.190)

Os efeitos fiscais pela realização da parcela de reavaliação foram refletidos pela reversão de parte da provisão de tributos de longo prazo no montante de R\$ 2.662 em 2006 e 2005.

14. SEGURO E GARANTIA

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e cumprir suas responsabilidades contratuais perante o DER/PR, tendo os acionistas como fiadores da operação.

Descrição	Vigência	Cobertura R\$ mil	Prêmio Net R\$ mil
Apólice de Seguro Garantia Contratual	jan a dez de 2007	84.688	612
Apólice de Seguro Garantia Contratual	jan a dez de 2007	28.244	204
Apólice de Seguro All Risks Contratual	jan de 2007 a jan de 2008	135.000	621
		247.932	1.470
Limite Máximo de Indenização: Seguro de Danos Patrimoniais			4.000
Limite Máximo de Indenização: Seguro de Lucros Cessantes			19.631
Limite Máximo de Indenização: Seguro de Responsabilidades			3.000

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como a obras previstas no cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão acrescidos dos reajustes previstos, como segue:

	Fornecedores		Aplicação das compras do ano acumuladas							
	(Saldos)		Imobilizado		Conservação		Operação		Desp. Financeira	
	2006 R\$ mil	2005 R\$ mil	2006 R\$ mil	2005 R\$ mil	2006 R\$ mil	2005 R\$ mil	2006 R\$ mil	2005 R\$ mil	2006 R\$ mil	2005 R\$ mil
OSR	4.960	502	-	-	8.474	11.617	11.512	4.538	130	34
CSR	-	1.002	-	10.810	-	-	-	-	-	76
CCNP	655	-	8.356	-	2.846	-	-	-	49	-
Total	5.615	1.504	8.356	10.810	11.320	11.617	11.512	4.538	179	110

15.1. Contrato com a OSR

Em julho de 2001 a Companhia contratou a empresa OSR - Operações e Serviços Rodoviários Ltda. também constituída majoritariamente pelos seus acionistas controladores, que passou, a partir daquela data, a prestar serviços de conservação de rotina e atendimento médico e mecânico nas rodovias. Em outubro de 2004, novo contrato foi firmado, passando a OSR a prestar também serviços de operação de balanças de pesagem. Com o encerramento deste, em julho de 2005 novos contratos foram firmados com a OSR, que, além de operação de pesagem, atendimento médico e mecânico, passou também a prestar serviços de captura de animais, manutenção da faixa de domínio, inspe-

ção de tráfego, contagem de trânsito, gerenciamento da Casa do Motorista e serviços de arrecadação.

15.1.1. Valores Contratuais Variáveis

a) Manutenção dos sistemas de arrecadação
Nível 1: R\$ 1.053 por pista de cobrança/mês; Nível 2: R\$ 4.900 por praça de pedágio/mês; Nível 3: R\$ 13.000 por mês.

b) Atendimento mecânico

Veículos leves: R\$ 21.400 por unidade;
Veículos pesados: R\$ 32.200 por unidade;
Guincho mecânico: R\$ 7.200 por unidade;
Guincho mecânico pesado: R\$ 10.700;
Quilometragem acima de 15.000 km/mês: R\$ 0,70 /km;
Quilometragem acima de 3.000 km/mês de veículos pesados: R\$ 1,00/km.

c) Inspeção de tráfego

Veículo cabine dupla: R\$ 26.300 por unidade/mês;
Quilometragem acima de 16.000 km/mês para inspeção de tráfego com asa-delta: R\$ 0,80 /km;

Quilometragem acima de 11.000 km/mês para inspeção de tráfego convencional: R\$ 0